



VOLUME DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Civitas - Revista de Ciências Sociais

ISSN: 1519-6089

civitas@pucrs.br

Pontifícia Universidade Católica do Rio

Grande do Sul

Brasil

Krause, Silvana; Alves Godoi, Pedro Paulo

Estratégias coligacionistas dos partidos de esquerda no Brasil. Uma análise das eleições para  
governadores (1986-2010)

Civitas - Revista de Ciências Sociais, vol. 12, núm. 2, 2012, pp. 262-297

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=74223598004>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

 redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

# Estratégias coligacionistas dos partidos de esquerda no Brasil

Uma análise das eleições para governadores (1986-2010)\*

***Coalition strategies of leftist parties in Brazil***

*An analysis of the elections for governor (1986-2010)*

Silvana Krause  
Pedro Paulo Alves Godoi\*\*

---

**Resumo:** As eleições para governadores oferecem um momento privilegiado para observar não somente as estratégias dos partidos frente ao desafio de compor forças eleitorais, como também permitem delinear o comportamento e as opções do eleitorado. O trabalho tem como objetivo, em um primeiro momento, traçar um perfil das estratégias coligacionistas dos partidos de esquerda: PT, PDT, PSB, PC do B, PCB, PPS, PS, PV, PSTU, PSOL, PCO, PMN, PHS, PH<sup>1</sup> que participaram nas eleições para governadores dos Estados (1986-2010). Em um segundo momento, pretende-se avaliar o impacto da variável “consistência ideológica” das coligações sobre a performance eleitoral.

**Palavras-chave:** Partidos de esquerda; coligações; estratégias eleitorais

**Abstract:** Elections for governor offer a privileged moment to observe not only party strategies in the face of the challenge of putting together electoral forces, but also to facilitate a description of electorate behavior and their options. The main objective of

---

\*A primeira versão deste artigo foi apresentada no 2º Congresso Latino-Americano da Wapor – World Association for Public Opinion Research (Lima/Peru, 2009).

\*\*Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs). Doutora em Ciência Política pela Katholische Universität Eichstätt-Ingolstadt/KUE-I (Alemanha). Líder do grupo de pesquisa: Partidos e coligações eleitorais na nova democracia brasileira (CNPq). <krausesilvana@yahoo.com.br>

\*\*\*Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Sociólogo de Secretaria de Estado (Goiás) e Professor da Associação de Educação e Cultura de Goiânia (Faculdades Padrão). <ppagodoi@hotmail.com>.

<sup>1</sup> PT – Partido dos Trabalhadores; PDT – Partido Democrático Trabalhista; PSB – Partido Socialista Brasileiro; PCdoB – Partido Comunista do Brasil; PCB – Partido Comunista Brasileiro; PPS – Partido Popular Socialista; PS – Partido Socialista; PV – Partido Verde; PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado; PSOL – Partido Socialismo Liberdade; PCO – Partido da Causa Operária; PMN – Partido da Mobilização Nacional; PHS – Partido Humanista da Solidariedade; PH – Partido Humanista.

the present work is at first to outline a profile of the coalitionist strategies of the leftist parties: PT, PDT, PSB, PC do B, PCB, PPS, PS, PV, PSTU, PSOL, PCO, PMN, PHS, PH which participated in the elections for State governor (1986-2010). Secondly, this paper intends to evaluate the impact of the “ideological consistency” variable of the coalitions on electoral performance.

**Keywords:** Leftist parties; coalitions; electoral strategies

## O espectro esquerda-direita: um recorte analítico

Predominam nas pesquisas sobre coligações eleitorais brasileiras perspectivas ocupadas em captar a lógica da estratégia das coligações sob o ponto de vista de responder a questões referentes aos fatores que explicam a dinâmica associativa. Estas pesquisas concentram-se primordialmente em delinear o comportamento estratégico dos partidos e de suas lideranças, mas não têm a intenção de observar especificamente de que forma estas estratégias impactam sobre o resultado eleitoral. Ou seja, são abordagens que se concentram em responder a três perguntas básicas: “*Por que os partidos se coligam*”, “*em que situações eles se coligam*” e “*de que forma eles se coligam*”. Partindo destas indagações é possível identificar nestes estudos duas vertentes explicativas: a ideológica e a pragmática. A primeira observa a dinâmica das coligações sob o pressuposto de que os partidos privilegiam associações dentro de um universo da escala direita – esquerda. As legendas unem-se procurando aumentar suas chances de vitória e maximizar seu espaço representativo, baseando-se no princípio de aumentar suas forças contra o “lado oposto” do adversário situado no outro campo do espectro ideológico. A segunda vertente, a pragmática, sustenta o pressuposto de que na lógica competitiva os partidos com chances efetivas na concorrência política potencializam suas associações, sendo o perfil ideológico um critério não fundamental. Neste sentido, os partidos associam-se para garantir o máximo de ganhos possíveis e para adquirir vantagens contra seus adversários. Adversários aqui entendidos como não necessariamente identificados dentro da variável de escala direita e esquerda, mas fundamentalmente variáveis conjunturais, contextuais e históricas.

O entendimento que temos é o de que estas abordagens muitas vezes não são suficientes e seguidamente são complementares<sup>2</sup> para explicar a variedade da dinâmica coligacionista dos partidos brasileiros. É necessário reconhecer

<sup>2</sup> O trabalho de Miguel e Machado (2007) chama a atenção para esta questão. Veja também Miguel (2010).

que o fenômeno merece estudos ainda mais detalhados, capazes de nos indicar respostas que contemplam uma perspectiva que incorpore outras variáveis, sejam elas de ordem socioeconômica, institucionais (legislação eleitoral e partidária, federalismo, sistema de governo, etc.), conjunturais e contextuais (governismo federal/estadual, disputas nacionais/regionais, avaliação de opinião pública sobre perfil de candidaturas), além das históricas (trajetórias dos partidos nacional/regionais).

Evidentemente que, afora o fôlego necessário para uma empreitada que incorpore estas variáveis, há, por um lado, limites quanto às pesquisas de opinião pública disponíveis no país que forneçam dados desagregados e que incorporem todas as regiões. Por outro lado, temos com o desenvolvimento da democracia brasileira uma enorme e rica fonte de dados eleitorais ofertados pelos TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e TREs (Tribunais Regionais Eleitorais).

Tendo em vista que este artigo se delimita no caminho trilhado nos estudos das coligações no Brasil e que se detém em analisar as configurações quanto às identidades ideológicas, iremos aqui fazer um rápido apanhado das reflexões dos estudos feitos na área. O pano de fundo destes trabalhos sobre as uniões eleitorais está fundamentalmente associado ao problema da tradicional fragilidade identitária/ideológica dos partidos brasileiros. Já na análise do período democrático de 1945-1964 vários autores se debruçaram sobre as alianças eleitorais com a preocupação de destrinchar a natureza das uniões quanto às proximidades de seus posicionamentos no eixo esquerda-direita. A pergunta clássica era elaborada na perspectiva da motivação dos partidos. Os critérios estabelecidos nas coligações fundamentavam-se em cálculos pragmáticos de custos e benefícios ou entravam na estratégia as proximidades identitárias-ideológicas?

Análises de Oliveira (1973), Soares (2001), Souza (1976) e Santos (1987) foram pioneiras nesta linha de detectar o grau de alinhamento ideológico dos parceiros das coligações e seus impactos no desempenho eleitoral. Mesmo com divergências nas conclusões dos autores, todos demonstraram em suas investigações que a variável ideológica não é central para explicar o comportamento associativo dos partidos. Oliveira detecta uma tendência maior de associações com proximidade ideológica do que a identificada por Santos, mas as diferenças encontradas não contradizem as tendências gerais observadas. Soares destaca um importante elemento ao constatar que legendas com enraizamento sustentado em bases urbanas e classistas têm mais perdas eleitorais quando a proximidade ideológica não é observada na estratégia das alianças.

As dificuldades destes trabalhos demonstram os desafios metodológicos que investigações com perspectivas comparativas enfrentam. Soares (2001, p. 172) destaca este aspecto quando avalia comparativamente os resultados de Santos e Oliveira: “Há difíceis problemas metodológicos no que concerne às afirmações a respeito da relação entre as coligações e as ideologias. Wanderley Guilherme dos Santos e Isabel Ribeiro de Oliveira pesquisaram empiricamente o problema, mas chegaram a resultados bem diferentes. Há vastas diferenças entre as definições operacionais usadas por eles, o que anula a comparação”.

A questão da identidade ideológica nas coligações ressurge com a nova democracia brasileira. Os esforços dos trabalhos de Figueiredo (1994), Novaes (1994), Nicolau (1994), Schmitt (1999, 2005), A. Machado (2005), Sousa (2006), Dantas (2007), C. Machado (2007), Carreirão (2002), Miguel e C. Machado (2007, 2008) são importantes exemplos deste tipo de incursão que chegam a resultados nem sempre convergentes e indicam a necessidade de investigações amplas que invistam numa metodologia comparativa que possibilite uma avaliação mais consistente. Duas dimensões devem ser observadas para que um diálogo comparativo possa ser iniciado. Uma diz respeito à questão que estes trabalhos não tinham a pretensão de abarcar períodos mais extensos de eleições, o que teria permitido análises mais abrangentes. Ressaltamos ainda que os bancos de dados do TSE, que informam sobre coligações, só recentemente são acessíveis de forma mais ágil. A outra dimensão é a enorme dificuldade de elaboração de uma classificação das coligações que ofereça uma padronização e linguagem comum entre os diferentes estudos.

## **Classificando as coligações**

A elaboração de uma matriz comparativa para estudos sobre coligações requer, em primeiro lugar, uma classificação dos partidos brasileiros no eixo esquerda-direita que seja comum entre os pesquisadores. Esta tarefa é de difícil execução, dada as distintas e, seguidamente, divergentes correntes metodológicas que sustentam as classificações.<sup>3</sup> Nosso propósito aqui não é apresentar o infinidável debate a este respeito e o presente artigo se baseia em uma classificação consensual mínima e básica construída por um grupo de pesquisadores da área<sup>4</sup> que tem clareza dos limites que este tipo de ambição

<sup>3</sup> Quanto a este aspecto há uma série de trabalhos que utilizam diferentes matizes teórico-metodológicas, veja alguns: Kinzo (1990); Figueiredo e Limongi (1999); Singer (2000); Campello (2007); Tarouco (2008); Zucco e Power (2009).

<sup>4</sup> O workshop ocorreu em 2009 no Rio de Janeiro e foi financiado pela Fundação Konrad Adenauer. Os frutos deste trabalho são apresentados em um livro organizado por Krause, Dantas e Miguel (2010). A lista de classificação é apresentada no anexo do artigo.

apresenta.<sup>5</sup> Reconhecendo os limites das diferentes perspectivas metodológicas de classificação dos partidos e sem a pretensão de construir um indicador preciso do posicionamento dos partidos brasileiros em um *continuum* do eixo esquerda-direita, o grupo elaborou uma lista sustentada em “rótulos gerais” de classificação das legendas baseando-se na literatura já consolidada da área. O primeiro passo foi observar, nas diferentes fontes da literatura, quais foram as classificações que revelaram um consenso entre os analistas acadêmicos, os jornalistas e atores do campo político. A seguir os pesquisadores avaliaram os micropartidos com pouca ou nula representação na arena política nacional. Devido à pequena visibilidade destas legendas e as poucas referências na literatura consolidada, não foi possível a construção de uma lista sustentada em um consenso básico. Sendo assim estas legendas foram classificadas em bloco como “direita”, exceção foram os micropartidos considerados doutrinários reconhecidos por serem do campo da “esquerda”.<sup>6</sup>

Em segundo lugar, é necessário um esforço para construir uma classificação das próprias coligações. Este exercício já foi feito por vários autores e ainda está para ser aprimorado.<sup>7</sup>

O trabalho de Schmitt (1999) classifica as coligações a partir do termo “consistência” e estabelece três graus, ou seja, as uniões são classificadas entre “consistentes”, “meio consistentes” e “inconsistentes”. Sendo assim, alianças consistentes somente compõem partidos de um mesmo bloco ideológico (esquerda-direita), “meio consistentes” são formadas por legendas de centro com um dos espectros ideológicos (com esquerda ou com direita) e as “inconsistentes” são constituídas por associações que contemplam os eixos opostos (esquerda-direita) ou os três blocos. Não muito diverso da terminologia acima aventada, Krause (2006)<sup>8</sup> classifica as coligações por “graus”: forte (Schmitt: “consistente”), médio (Schmitt: “meio consistente”) e fraco (Schmitt: “inconsistente”).

---

<sup>5</sup> Miguel (2010).

<sup>6</sup> O trabalho de Dantas e Praça que avalia o comportamento coligacionista destes micropartidos, no livro acima referido (Krause, Dantas e Miguel (2010)) reforça o acerto desta opção.

<sup>7</sup> Krause (2010).

<sup>8</sup> Inspirado no paper de Paiva Ferreira, Carreirão e Zorral (1997). Estes autores, no entanto, utilizaram o termo “coerência ideológica” e “não consistência” para a classificação das coligações. Lembramos que este *paper* é anterior à tese de doutorado de Schmitt, mas a classificação é praticamente a mesma.

Forte: coligações entre partidos de um mesmo espectro ideológico (centro com centro, direita com direita e esquerda com esquerda).

Médio: coligações entre partidos de centro com somente partidos de esquerda. Coligações entre partidos de centro com somente partidos de direita.

Fraco: coligações entre partidos de espectros opostos.

Esse perfil de classificação orientou muitas pesquisas na área, mas um trabalho de C. Machado e Miguel apresentado na ABCP (Associação Brasileira de Ciência Política)/2008 trouxe um novo olhar para futuras investigações propondo alternativas de classificações e terminologias. O índice de viés ideológico (IVI) apresentado pelos autores procura, na verdade, observar outra dimensão das coligações. É uma avaliação do posicionamento da coligação de um determinado partido na escala da esquerda à direita, onde o valor 3 é dado para cada coligação estabelecida com partidos classificados de direita, 2 com partidos de centro e 1 com partidos de esquerda. O IVI é a soma dos valores dividida pelo número total de associações feitas. Este índice representa a posição da coligação de um partido na escala esquerda-direita, possibilitando avaliar se a legenda caminha ou não em direção à sua identidade. Diferente da classificação da consistência da aliança, que tem a pretensão de avaliar os “gens” que compõem o “fruto” do “casamento” e não o posicionamento das coligações de um determinado partido na escala esquerda-direita.

Cabe ainda ressaltar que, segundo os autores, também é importante avaliar a variação do perfil das alianças dos partidos no tempo, ou seja, em diferentes momentos eleitorais. Trataria-se de observar se as legendas apresentam uma estabilidade em suas alianças que seria medida pela variação da coerência do comportamento de um partido entre distintos anos eleitorais (última eleição e eleição atual). Sendo assim, foi problematizado o parâmetro “consistência” de Schmitt (1999) e é importante ter presente os limites desta classificação comumente usada. É necessário também considerar a quantidade de legendas que estão contempladas nas coligações (tamanho da coligação), além de diferenciar, através de uma ponderação, o peso de cada partido dentro da coligação (representação/tamanho de cada partido). Ou seja, é preciso ponderar a proporcionalidade/representação de cada legenda que a aliança incorpora. Isto por que é problemático, por exemplo, classificar da mesma forma uma coligação de 5 partidos em que 4 são de esquerda e apenas um pequeno partido de direita de pouca expressão com uma parceria de 5 partidos onde há 2 de direita reconhecidos e 3 de esquerda. É preciso ter claro que tratar o universo da aliança desta forma é ainda “raso” e que são necessários aprimoramentos quanto a estes aspectos mencionados.

Alguns trabalhos como de Aline Machado (2011) classificam as coligações a partir de pontuação das legendas em uma escala de 1 (esquerda) a 10 (direita), em que são somados os partidos que estão na associação e elaborado uma média. No entanto, este procedimento metodológico também apresenta alguns limites. Ao considerarmos, por exemplo, uma coligação que compõem um partido à esquerda (1) e outro em posicionamento oposto (10)

a união seria considerada de centro (5), mas, de fato, o acordo elaborado não tem nenhuma legenda nesta posição.

Outro aspecto que deve ser observado quanto a dimensão da ideologia como variável que motiva a orientação de constituir as alianças diz respeito à compreensão da lógica que fundamenta a decisão das lideranças partidárias e do eleitor. De uma parte, a metodologia quantitativa não oferece ferramentas para “captar” os discursos e as razões argumentativas dos líderes partidários que elaboram suas estratégias. Ou seja, através das coligações é possível ter um “desenho” do padrão da lógica das coligações, no entanto, não temos informações sobre o sentido e significado da ação coligacionista dos partidos e seus líderes.<sup>9</sup> Isto sem dúvida impossibilita um entendimento mais claro sobre a construção e as justificativas que as elites políticas elaboram a respeito de suas avaliações do jogo político em que estão inseridos. De outra parte, o resultado eleitoral das coligações também não nos possibilita conclusões sobre as reais motivações da decisão do voto do eleitor. Isto por que o resultado eleitoral que as coligações apresentam não nos permite a inferência que este seja fruto de uma decisão do eleitor baseado em uma avaliação do perfil identitário-ideológico da coligação. Certamente outras variáveis interferem no processo de decisão do voto do eleitor. O resultado eleitoral das coligações oferece elementos e indica caminhos para a análise do comportamento eleitoral, mas é preciso ter cuidado para não chegarmos a conclusões precipitadas, como, por exemplo, a de que o eleitorado não observa a ideologia quando decide pelo seu voto, ou de que não dá importância ao partido. Ou seja, queremos afirmar com isto que outros elementos podem estar participando na avaliação do eleitor, e a coligação pode ser uma variável que não entra no cálculo e/ou nas “razões” do eleitor.

Neste sentido, vale destacar que para uma futura agenda de pesquisa na área será importante incorporar outras técnicas de pesquisa, como a análise de discurso, a pesquisa com grupos focais que permitiria observar as “falas” dos líderes partidários e dos eleitores.

## Hipóteses e Metodologia

A partir das reflexões expostas acima, pretende-se responder às seguintes perguntas:

1. Qual é o perfil das coligações dos partidos de esquerda?
  - 1.1 Os partidos de esquerda se utilizaram da estratégia de união eleitoral para as eleições majoritárias? Eles aumentaram a sua presença na

---

<sup>9</sup> Weber (1976).

competição eleitoral nos estados brasileiros? Ou seja, a esquerda ampliou a sua capacidade de apresentar candidaturas em todo território nacional em cada ano eleitoral?

2. Os partidos de esquerda se diferenciaram em suas estratégias de coligação?
- 2.1 O perfil de coligações consistentes e não consistentes dos partidos de esquerda se diferenciou? Como?
3. Alianças eleitorais com identidade ideológica impactam no resultado eleitoral dos partidos de esquerda? Como? Em que período?

A orientação de nosso artigo baseia-se nas seguintes hipóteses:

**H1:** Os partidos de esquerda aumentaram a sua presença na competição eleitoral nos Estados brasileiros. Ou seja, a esquerda ampliou a sua capacidade de apresentar candidaturas em todo território nacional em cada ano eleitoral.

**H2:** Os partidos de esquerda optam crescentemente por estratégias de coligação ao invés de candidaturas isoladas.

**H3:** Partidos de esquerda coligados têm maior sucesso eleitoral.

**H4:** As coligações eleitorais dos partidos de esquerda para os executivos estaduais, predominantemente não seguem um perfil de consistência ideológica nas sete eleições analisadas.

**H5:** As coligações eleitorais dos partidos de esquerda têm, a cada ano analisado, aumentado o perfil de inconsistência ideológica.

**H6:** O sucesso eleitoral dos partidos de esquerda está diretamente relacionado com o perfil da identidade ideológica da coligação. Ou seja, coligações inconsistentes ideologicamente, têm maior sucesso eleitoral.

A pesquisa foi baseada nos dados eleitorais oficiais fornecidos pelo TSE.

No universo das eleições majoritárias para governador, analisadas em todos os estados da federação nas sete eleições (entre 1986 e 2010), houve um total de 1048 candidaturas lançadas<sup>10</sup> e apenas 473 (45,1%) delas apresentaram candidaturas isoladas (sem coligação).

As coligações foram classificadas de acordo com o seu perfil de proximidade/identidade ideológica (Consistente → Semi-Consistente → Inconsistente).

---

<sup>10</sup> Total de candidaturas (isoladas e coligadas) e que dizem respeito a todos os partidos (direita, centro e esquerda).

## Análise dos dados

### *A presença da esquerda, centro e direita nas candidaturas*

Em um primeiro momento observamos comparativamente na tabela abaixo um panorama da evolução geral da presença dos partidos de esquerda nas candidaturas apresentadas. Ou seja, uma avaliação da quantidade de vezes que os partidos classificados de esquerda estão presentes no universo total das chapas que concorrem aos pleitos. O dado que se destaca é o contínuo crescimento da presença destas legendas nas candidaturas apresentadas, diferentemente dos partidos de direita que apresentam uma diminuição constante a partir da eleição de 2002, quando a candidatura de Luís Inácio Lula da Silva (Lula) vence as eleições presidenciais. Já os partidos classificados neste artigo como de centro, tiveram um crescimento muito expressivo em 1990, exatamente o ano eleitoral em que o PSDB concorre pela primeira vez às eleições no país e o perfil posteriormente se estabiliza.<sup>11</sup>

**Tabela 1. Participação dos partidos (esquerda, centro e direita) nas candidaturas apresentadas**

Partido	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010
Direita	114	225	173	348	339	307	305
Centro	23	51	44	53	47	51	52
Esquerda	79	126	170	208	219	258	265
Total*	216	402	387	609	605	616	622

Fonte: Dados elaborados pelos autores a partir do TSE.

\* Total de vezes em que aparecem partidos de esquerda, direita e centro no universo total das candidaturas a governador por ano (coligadas e não coligadas)

Ao fazermos um corte de análise avaliando a evolução da presença dos partidos de esquerda (número de casos) a partir do perfil das candidaturas que aparecem nas eleições, o Gráfico 1 demonstra que a opção da esquerda foi, em todos os períodos analisados, preferencialmente não se apresentar com candidaturas isoladas, mas procurar aliados para compor forças eleitorais. No entanto, é importante avaliar os anos eleitorais em que as diferenças de comportamento, coligado e não coligado são menores. O ano de 1986,

<sup>11</sup> Cabe lembrar que neste artigo somente PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) são considerados de centro.

primeiro ano de eleições para governadores com um governo civil já instituído no país é o momento em que, entre os partidos de esquerda que participam da eleição, as diferenças entre lançar candidaturas isoladas ou se associar são menores. Esta informação está indicando que, neste momento, muitos partidos de esquerda estão na fase de construção da sua identidade com o eleitorado. Ou seja, muitos partidos optaram em se apresentar sozinhos na eleição, com a intenção de não abrir mão de sua identidade no processo de negociação das alianças. O ano de 1990, já indica uma mudança de comportamento. A polarização esquerda X direita no contexto pós-eleitoral de 1989 fez com que uma grande parcela dos partidos de esquerda procurasse unir forças. As linhas de candidaturas gerais e de candidaturas coligadas estão praticamente encostadas, demonstrando que grande parte dos partidos, que apresentaram candidaturas, optou por alianças com outros partidos buscando compor forças. Outra característica comportamental dos partidos de esquerda é que, além da coligação eleitoral ser sempre a opção preferencial, ela vinha crescendo como opção dos partidos a cada ano analisado, mas a eleição de 2010 apresentou uma tendência distinta. Nesta eleição aumentou o número de candidaturas isoladas, fruto da estratégia de pequenos partidos de esquerda (especialmente PSOL, PSTU, PCO e PCB) o que indica, provavelmente, a busca de afirmação de identidades destas legendas procurando sensibilizar um eleitorado descontente com estratégias de alianças de partidos como o PT.

Com a intenção de averiguar se o comportamento observado dos partidos de esquerda é semelhante aos partidos de direita (número de casos), seguimos a análise baseando-nos no Gráfico 2.

Em primeiro lugar, comparando com os partidos de esquerda, podemos observar que a realidade é diferenciada. A direita apresenta uma instabilidade no seu comportamento de participação nas chapas das eleições para governadores dos Estados. Ou seja, há momentos em que ela cresce e outros em que diminui. Na verdade há dois momentos eleitorais distintos do crescimento da participação dos partidos de direita. O primeiro momento de crescimento é justamente na eleição de 1990, quando o governo do presidente Fernando Collor de Mello (Collor) ainda está em um momento favorável de avaliação.<sup>12</sup> Os dados do comportamento dos partidos de esquerda reforçam este diagnóstico, quando observamos que é justamente na eleição de 1990 onde muitos partidos de esquerda optam em unir forças e não sair com candidaturas isoladas. Esta reação é compreensível frente o fortalecimento da presença dos partidos de direita. Cabe destacar, que ainda não estamos avaliando se os

<sup>12</sup> Sallum Jr.; Stolle Paixões e Casarões (2011).

partidos de esquerda, neste momento de unir forças, optam por coligações com partidos do mesmo campo ideológico.

O segundo momento de crescimento de participação eleitoral dos partidos de direita é na eleição de 1998. A conjuntura de estabilização da moeda do plano real e a reeleição de Fernando Henrique Cardoso (FHC) são variáveis que contribuem com este crescimento de participação.

Dois movimentos de decréscimo de presença dos partidos de direita nas chapas majoritárias são observáveis. Na eleição de 1994, momento em que o plano de estabilização de FHC ainda não estava consolidado. O outro movimento é detectado a partir da eleição de Lula, em 2002, quando os partidos de direita apresentam uma contínua diminuição de participação nas chapas que se apresentam.

Analizando o comportamento da participação dos partidos de direita com os de esquerda, também é possível observarmos uma semelhança. A estratégia de optar por candidaturas coligadas não é apenas a opção preferencial dos partidos de esquerda, mas também dos partidos de direita em todo o período analisado. No entanto, há um diferencial de comportamento. A opção dos partidos de direita em participar nas eleições com coligações vinha diminuindo nos últimos anos, mas isto se alterou na eleição de 2010, quando aumentou a participação com candidaturas coligadas e diminuíram as isoladas. O contrário é a opção dos partidos de esquerda no último pleito, que aumentaram a sua participação com candidaturas isoladas na última eleição.

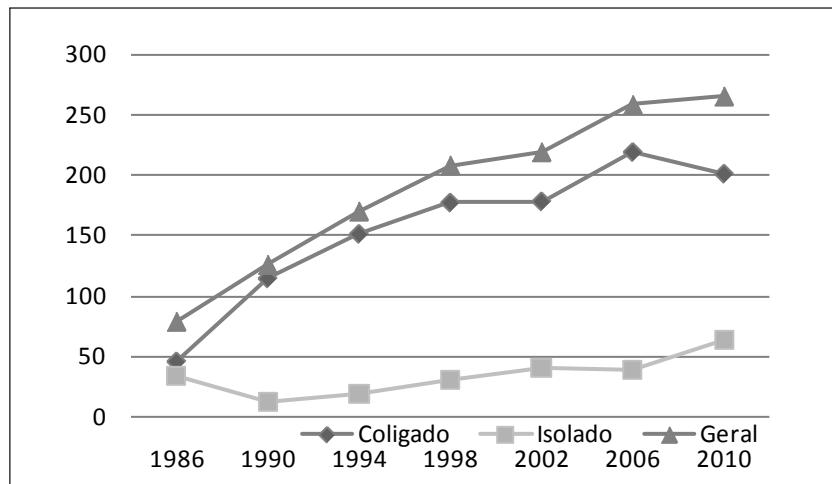
Em termos comparativos, podemos dizer que os partidos de centro também apresentam uma instabilidade quanto a sua participação nas chapas das eleições para governadores, característica também observada nos partidos de direita.

O crescimento da participação dos partidos de centro (Gráfico 3) nas candidaturas para governador (número de casos) se manifesta em três momentos eleitorais distintos. O primeiro, em 1990, ano em que a direita também apresentou crescimento, dentro da conjuntura favorável do presidente Collor. Já em 1998, momento em que a direita também manifesta crescimento, há uma conjuntura de aprovação do plano real e de estabilidade da moeda. Neste clima, os dados estão indicando que os partidos do centro ficaram motivados a participar das eleições a governadores nos Estados. Por último, observamos o crescimento de participação dos partidos de centro nas chapas a partir de 2006, movimento contrário ao dos partidos de direita.

Os dois momentos de refluxo de participação dos partidos de centro são 1994 e 2002. Os dados podem estar indicando que em 1994 a conjuntura da estabilidade da moeda ainda não estava consolidada, o que desencorajou

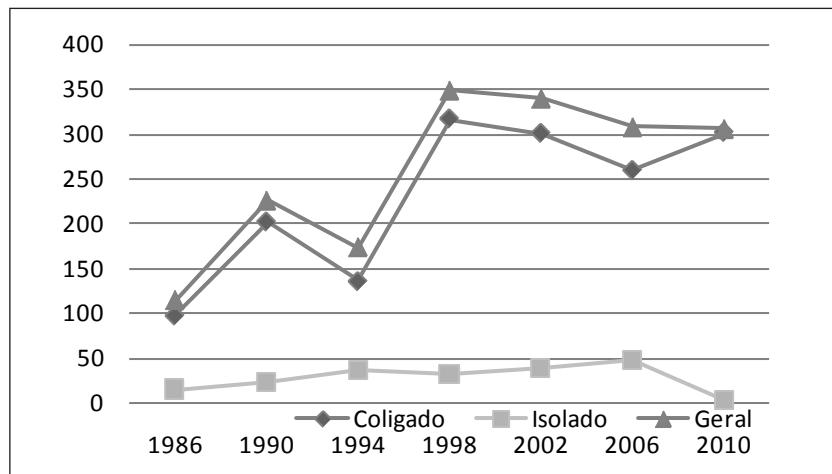
a criação e participação eleitoral de partidos de centro. Diferentemente dos partidos de direita, observamos que o centro reage e recupera a participação em 2006.

**Gráfico 1.** Presença dos partidos de esquerda nas eleições majoritárias

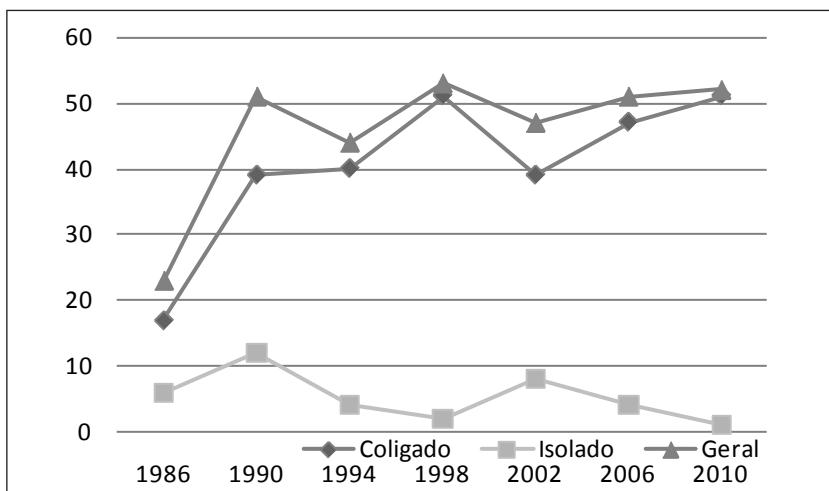


Fonte: Dados elaborados pelos autores a partir do TSE.

**Gráfico 2.** Presença dos partidos de direita nas eleições majoritárias



Fonte: Dados elaborados pelos autores a partir do TSE.

**Gráfico 3.** Presença dos partidos de centro nas eleições majoritárias

Fonte: Dados elaborados pelos autores a partir do TSE.

O Gráfico 4 nos permite visualizar, em cada eleição, o número absoluto de partidos existentes por blocos em cada competição eleitoral.

Cabe ressaltar que o que está sendo avaliado neste gráfico não é a quantidade de vezes em que os diferentes partidos de direita, centro ou esquerda aparecem concorrendo nas chapas apresentadas, mas apenas o número de partidos existentes que concorreram em cada eleição.

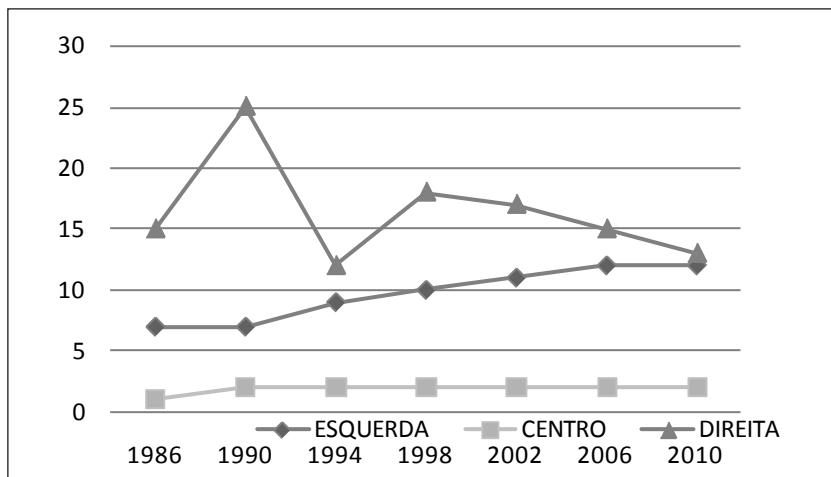
A esquerda tem demonstrado um constante aumento, mas não explosivo, com o surgimento de alguns novos pequenos partidos. A direita, em todo o período analisado, tem um número maior de partidos que se apresentam nas eleições do que a esquerda. Este fato está especialmente relacionado com um grande número de pequenos partidos de direita de existência limitada e regional. O pico desta quantidade de partidos de direita, existentes nas eleições para governadores, foi em 1990. Provavelmente isto está associado ao crescimento da direita neste período do governo Collor e a tentativa de criação de novos partidos. Inspirados no perfil da carreira partidária de Collor, algumas lideranças regionais viam na formação de novos partidos de direita, possibilidades de uma promissora carreira política “relâmpago”. Esse fenômeno acontecia particularmente nos partidos de direita e centro já consolidados, procurando assim espaços dentro de um futuro governo estadual, ou simplesmente lançando candidaturas para promover lideranças e assim

marcar presença nas eleições para negociações futuras. O interessante é que na próxima eleição, 1994, este número despenca. Em 1998 há um movimento reativo, onde é constatado um crescimento do número de partidos de direita existente nas eleições. A conjuntura favorável da direita dentro do governo FHC, onde pequenos partidos de direita “estabelecem” alianças com o bloco de apoio à FHC pode ser uma variável explicativa.

A partir de 2002 há um contínuo declínio do número de partidos de direita com dois movimentos distintos. Um diz respeito ao insucesso deste perfil de novos partidos que acabam se tornando pouco competitivos e desaparecendo, os chamados “flash parties”. A experiência de Collor demonstrou a fragilidade política deste perfil de carreira. Outro é a estabilização do próprio sistema partidário brasileiro, em que se consolidam determinados partidos de direita e as alternativas se estabilizam para as carreiras partidárias dentro do espectro dos principais e maiores partidos.

Cabe destacar o movimento observado nos últimos anos de aproximação do número de partidos de cada bloco (esquerda e direita), o que mostra uma adaptação e acomodação de forças da direita em um número menor de partidos, e neste sentido menos dispersa na disputa eleitoral no país. Quanto aos partidos do centro, observamos que durante todo o período analisado o número não se altera significativamente.

**Gráfico 4.** Número de partidos que participaram das eleições majoritárias por ideologia



Fonte: Dados elaborados pelos autores a partir do TSE.

A variável número de partidos, relacionada com a presença dos diferentes partidos no universo total das candidaturas por ano, permite-nos averiguar a capacidade de expansão territorial dos partidos. Propomos um indicador que avalie esta capacidade dos diferentes blocos ideológicos. Chamaremos de Icepe (Indicador de Capacidade de Expansão de Presença Eleitoral) que considera a relação entre o universo de partidos existentes do bloco com a quantidade de vezes em que estes diferentes partidos do bloco estão presentes no universo de candidaturas dos Estados. Ou seja, dentro de um contexto de um número determinado de partidos existentes de cada bloco, como se apresenta a capacidade de garantir a participação nas candidaturas. O Icepe é calculado da seguinte forma:

$$\text{Icepe} = \frac{\text{NPC}}{\text{NPE}}$$

Onde: NPC = Número de Presença nas Candidaturas apresentadas no ano eleitoral (quantidade de vezes em que aparecem os partidos no universo total das chapas apresentadas) e NPE = Número de Partidos Existentes no ano eleitoral.

**Tabela 2. Capacidade de expansão da presença eleitoral dos blocos partidários**

Ano eleitoral	Icepe/Esquerda	Icepe/Centro	Icepe/Direita
1986	11,3	23	7,6
1990	18	25,5	9
1994	18,9	22	14,4
1998	20,8	26,5	19,3
2002	19,9	23,5	19,9
2006	21,5	25,5	20,5
2010	22,1	26	23,5

Fonte: Dados elaborados pelos autores a partir do TSE.

Como já foi demonstrado no Gráfico 4, a direita teve em todas as eleições, um maior número de partidos participando. No entanto, em praticamente todos os anos analisados, observa-se que a capacidade destes partidos em expandir sua presença eleitoral é menor que a dos partidos do bloco da esquerda. As maiores diferenças entre os dois blocos situam-se nos anos eleitorais de 1990 e 1994. O interessante é que no ano de 1990 existiam ao todo 25 partidos de direita concorrendo e apenas 7 de esquerda. Mesmo com esta enorme

diferença de quantidade de partidos, os partidos de esquerda se mostraram, em média, mais capazes de se apresentarem nas eleições nas diferentes regiões do país. A explosão de surgimento de partidos de direita em 1990 confirma o argumento no trabalho, que boa parte destes partidos tinha somente alcance regional e não foi capaz de garantir a participação nas eleições em diferentes estados do país. Em 1994 o bloco dos partidos de direita inicia um processo mais significativo de consolidação territorial, onde os partidos que participam das eleições conseguem apresentar crescentemente uma maior capacidade de expansão quanto à presença territorial.

Os partidos de centro, apesar de serem em menor número, apresentam a melhor média quanto à capacidade de se expandir nas diferentes regiões do país.

Os dados também indicam uma tendência de amadurecimento do sistema partidário brasileiro, na medida em que as legendas apresentam, com o desenvolvimento da democracia brasileira, uma maior capacidade de garantir presença nas eleições nos diferentes espaços da competição eleitoral majoritária.

A tabela abaixo procura avaliar separadamente, entre os partidos de esquerda, a capacidade de estarem presentes nas candidaturas para governador nos diferentes Estados do país. Ou seja, avalia a expansão de cada partido, no sentido de presença nas candidaturas nas diferentes regiões do país.

**Tabela 3. Desenvolvimento da capilaridade dos partidos de esquerda nas 7 eleições majoritárias (1986-2010)\***

Partido	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010	Média
PT	91,3	100	92,6	96,3	92,6	92,6	100	95,05
PPS	-	-	81,5	85,2	77,8	92,6	100	87,41
PC do B	56,5	92,6	77,8	100	92,6	92,6	96,3	86,91
PSB	34,8	74,1	88,9	96,3	81,5	88,9	100	80,63
PDT	65,2	81,5	88,9	92,6	74,1	63	96,3	80,22
PCB	56,5	74,1	7,41	51,9	51,9	66,7	51,9	51,46
PMN	-	55,6	63	88,9	77,8	77,8	88,9	75,31
PV	-	-	70,4	88,9	81,5	70,4	88,9	80
PSTU	-	-	51,9	66,7	77,8	77,8	59,3	66,67
PHS	-	-	-	-	74,1	85,2	96,3	85,19
PCO	-	-	-	3,7	37	51,9	11,1	25,93
PSOL	-	-	-	-	-	96,3	92,6	94,44
PS	8,7	7,41	-	-	-	-	-	8,05
PH	30,4	-	-	-	-	-	-	30,43

Fonte: Dados elaborados pelos autores a partir do TSE.

\* Capilaridade como % de presença nas unidades da federação (coligado, ou não coligado).

Considerando a variável longevidade (tempo de participação nas eleições) e a média de capilaridade se encontram cinco partidos: PT, PC do B, PSB, PDT e PCB. O PT é entre estes, o partido que apresenta a maior média de capilaridade, e praticamente em todas as eleições tem a maior capilaridade, com exceção de 1998, onde tem a mesma capilaridade do PC do B. Ao desconsiderarmos a longevidade entre todos partidos de esquerda, o PT somente não tem a maior média, por que o PSOL apresenta a maior capilaridade, mas cabe também considerar que este é o primeiro ano de competição nas eleições majoritárias do PSOL depois de ter saído das “hostes” do PT.

### ***O perfil das coligações dos partidos de esquerda***

O Gráfico 5 oferece-nos uma fotografia geral da evolução do perfil das coligações dos partidos de esquerda analisados. Em primeiro lugar chama a atenção que a estratégia de formar coligações inconsistentes vem crescendo continuamente desde o pleito de 1994 e predomina a partir da eleição de 1998, não se alterando mais esta tendência até a última eleição analisada.

Há cinco momentos eleitorais em que o perfil de coligações inconsistentes dos partidos de esquerda supera as consistentes. O primeiro momento foi em 1986. Como já mencionado, esta eleição é a primeira para governadores com um governo civil instalado. Dos partidos de esquerda que optaram por coligarse, um percentual expressivo decidiu compor forças em que a direita também estava presente. Este comportamento é especialmente explicado pelo momento eleitoral hegemônico do PMDB,<sup>13</sup> partido que liderou a transição democrática. O PMDB encabeçou, nesta fase, coligações que incorporaram partidos da direita e da esquerda.

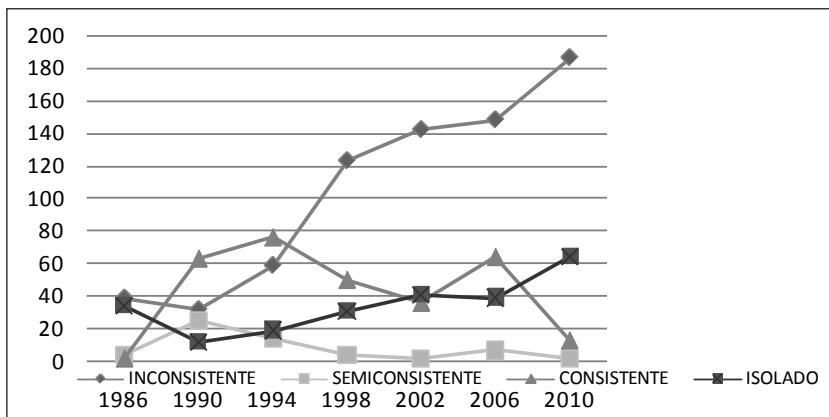
A eleição de 1998, por sua vez, foi marcada pela conjuntura de aprovação do governo de FHC e sua reeleição,<sup>14</sup> o que atraiu partidos de esquerda a associarem-se, nos estados, com o bloco apoiado pelo então presidente, cuja composição incluía partidos de direita.

Os outros três momentos eleitorais em que as coligações inconsistentes superam as consistentes são fundamentalmente explicados pela conjuntura da eleição de Lula, em 2002 e 2006, e de Dilma Rousseff (Dilma) em 2010. Isto se deve especialmente ao PT, com sua mudança de estratégia de alianças, atraindo partidos do bloco da direita nas eleições aos governos dos Estados.

---

<sup>13</sup> O PMDB foi classificado no trabalho como de centro.

<sup>14</sup> Carreirão (2002).

**Gráfico 5.** Perfil das coligações dos partidos de esquerda

Fonte: Dados elaborados pelos autores a partir do TSE.

Vejamos como se apresenta o comportamento de cada partido de esquerda analisando-os separadamente:

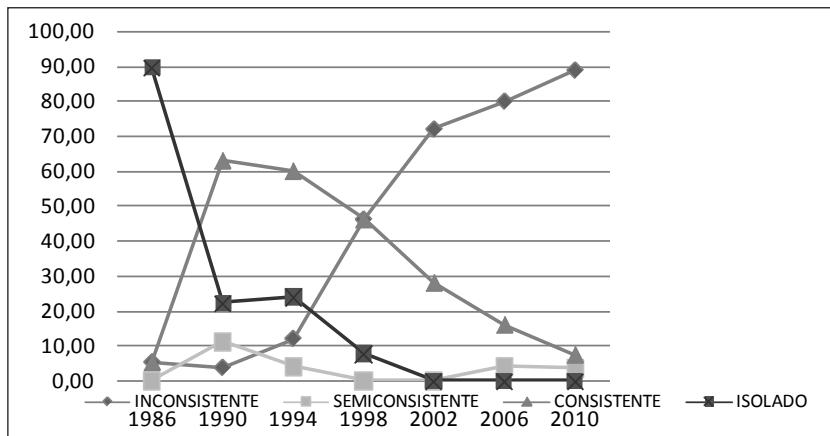
#### A) PT

Somente em 1986 predominam as candidaturas isoladas e estas vão diminuindo constantemente até 2002, ano da eleição de Lula, quando a legenda já não mais apresentou candidaturas a governador sem alianças.

O PT inicia sua caminhada em 1986 com um perfil de coligações consistentes e não consistentes no mesmo ponto. Em 1990 decide se diferenciar e opta de forma muito clara por uma estratégia de coligação predominantemente com partidos do mesmo bloco ideológico. A eleição de 1990 se insere em uma conjuntura de primeiro ano de governo do presidente Collor. O PT, vindo de uma campanha presidencial polarizada com Collor em 1989, busca, nesta eleição para governadores, marcar posição e fixar posição ideológica na sua estratégia de alianças. Este movimento se altera a partir da eleição de 1994, quando podemos observar um declínio permanente da legenda em termos de decidir por aliados restritos ao seu bloco ideológico. Na eleição de 1998, há um empate entre estratégia de alianças consistentes e não consistentes. A mudança abrupta é percebida na eleição de 2002, quando o partido opta preferencialmente por alianças não restritas ao seu bloco ideológico. Tendência muito semelhante pode ser encontrada em outros estudos que analisam as coligações da legenda em eleições municipais e para o senado<sup>15</sup> e que se mantém na última eleição analisada.

<sup>15</sup> Ribeiro (2010); Miguel e Machado (2010); Carreirão e Nascimento (2010).

**Gráfico 6.** Perfil das candidaturas do PT

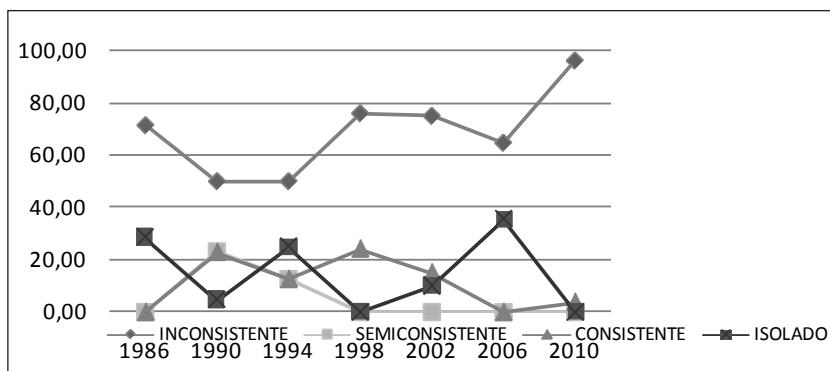


Fonte: Dados elaborados pelos autores a partir do TSE.

#### B) PDT

Desde 1986 a legenda tem preferência em buscar parceiros eleitorais e a opção solo é pouco significativa se compararmos com a oferta de candidaturas associadas. Durante toda a sua caminhada eleitoral optou predominantemente por uma estratégia que não se restringiu a alianças com partidos do mesmo bloco e a maioria delas foi pragmática. O partido vinha diminuindo sua participação com candidaturas desde 2002, mas se recuperou em 2010.

**Gráfico 7.** Perfil das candidaturas do PDT

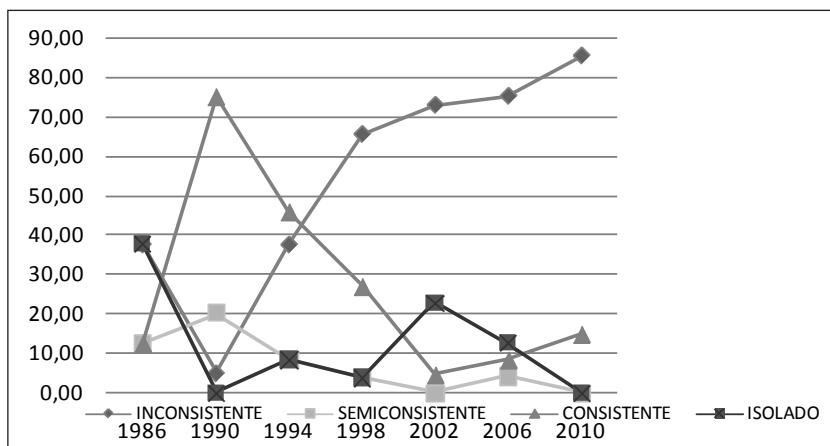


Fonte: Dados elaborados pelos autores a partir do TSE.

### C) PSB

O partido também procurou privilegiar a união de forças para enfrentar a competição eleitoral durante toda a sua caminhada. Se na sua primeira experiência eleitoral houve um equilíbrio entre as ofertas, posteriormente a estratégia coligacionista predomina marcadamente. Apenas em duas eleições (1990 e 1994) as uniões que observam proximidade ideológica superaram as outras alternativas de candidaturas, e a partir da eleição de 1998 as uniões inconsistentes são a estratégia preferida.

**Gráfico 8.** Perfil das candidaturas do PSB



Fonte: Dados elaborados pelos autores a partir do TSE.

### D) PC do B

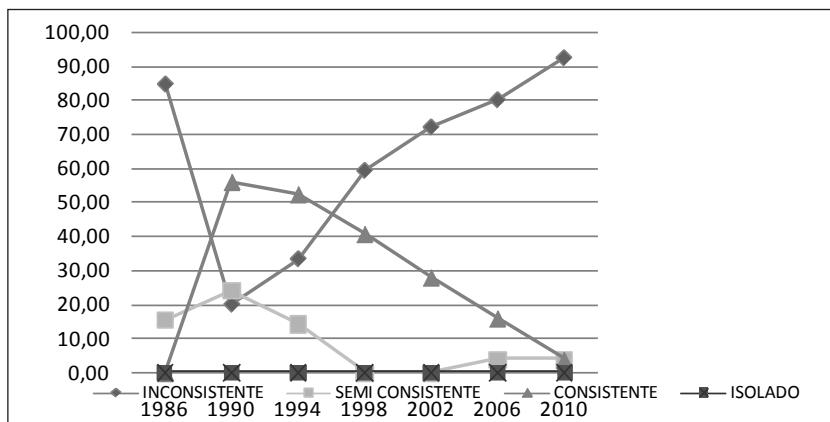
Como pequeno partido, a legenda em nenhuma eleição se propôs a uma candidatura solo a governador. Com perfil semelhante ao PSB, prevaleceu em sua estratégia alianças com proximidade ideológica em duas eleições, 1990 e 1994. Ressaltamos que desde o pleito de 1994 as coligações inconsistentes crescem e já são as preferidas desde 1998.

### E) PCB

O partido apresenta uma grande inconstância em sua estratégia de candidaturas aos executivos estaduais. Inaugura sua participação na nova democracia associando-se pragmaticamente, e altera radicalmente sua opção na eleição de 1990. Já no pleito seguinte, 1994, cai abruptamente sua participação

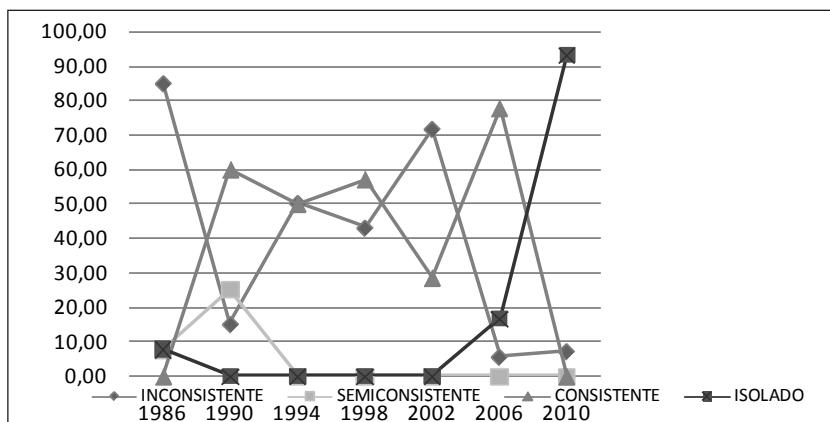
eleitoral estando presente apenas em duas chapas em todo o Brasil, fruto do impacto da criação do PPS em 1992, que atraiu grande parte das lideranças do PCB. Após este refluxo, a legenda se recupera em termos de participação nas chapas que concorrem às eleições nos estados, mas mantém um perfil inconstante. Na última eleição há praticamente somente participação com chapas solo, indicando a busca de demarcação de identidade.

**Gráfico 9.** Perfil das candidaturas do PC do B



Fonte: Dados elaborados pelos autores a partir do TSE.

**Gráfico 10.** Perfil das candidaturas do PCB

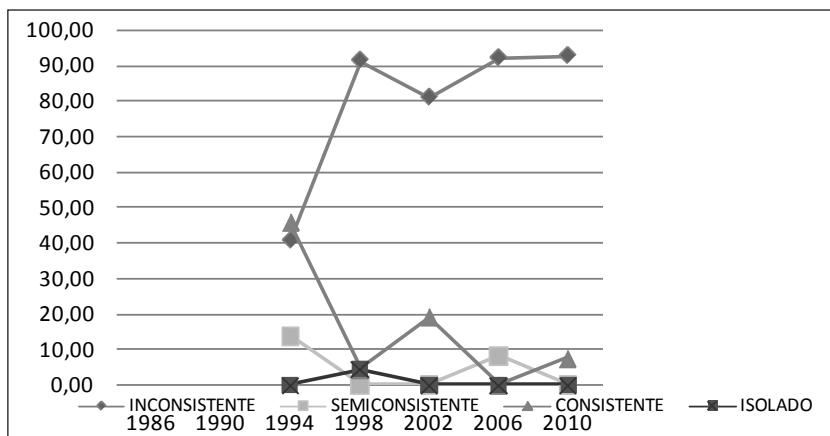


Fonte: Dados elaborados pelos autores a partir do TSE.

### F) PPS

A legenda em toda sua história eleitoral nas eleições para governadores procura majoritariamente companheiros para enfrentar as eleições, sendo candidaturas isoladas praticamente inexistentes. Na sua primeira eleição o perfil das coligações não se distingue significativamente; no entanto, em todos os outros pleitos, a legenda privilegia de forma acentuada as uniões inconsistentes.

**Gráfico 11.** Perfil das candidaturas do PPS



Fonte: Dados elaborados pelos autores a partir do TSE.

### G) PSTU

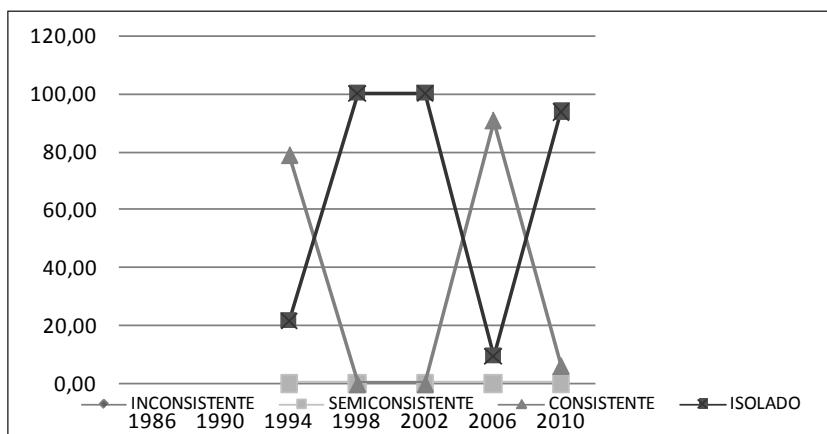
Advindo de lideranças que romperam com o PT e considerado mais à esquerda, o PSTU estabelece em toda sua jornada eleitoral uma política de clara rejeição a alianças que não se orientem por afinidades ideológicas. Em nenhuma eleição a legenda se uniu com partidos considerados de direita ou centro. Em várias eleições privilegiou apresentar candidaturas solo, procurando marcar identidade e estabelecer um diferencial em relação ao mercado de oferta dos partidos de esquerda que ampliam suas alianças.

### H) PSOL

Também um partido formado especialmente por lideranças rompidas com o PT e considerado mais à esquerda, na primeira eleição em que participou, privilegiou alianças com parceiros do mesmo campo ideológico. No entanto,

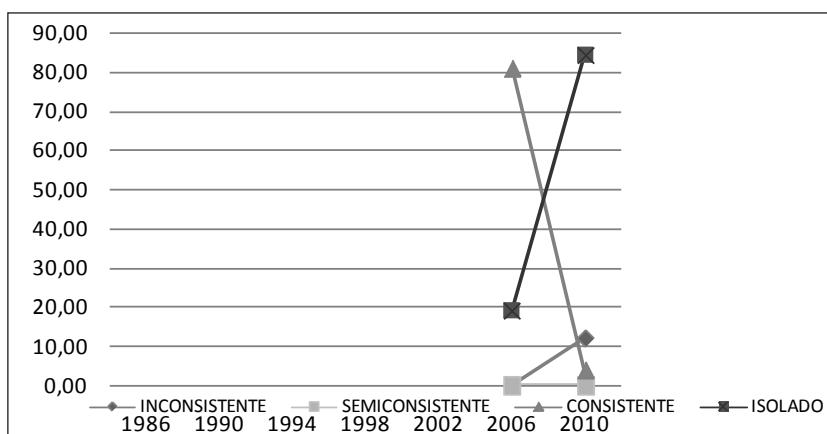
na última eleição a legenda apresentou uma mudança estratégica, oferecendo candidaturas isoladas na grande parte dos estados em que concorre. Surpreende que tenha havido na última eleição coligações inconsistentes e que estas inclusive superaram as consistentes, apesar das ofertas de candidaturas coligadas ser pouco expressiva e a diferença entre os dois perfis ser insignificante.

**Gráfico 12.** Perfil das candidaturas do PSTU



Fonte: Dados elaborados pelos autores a partir do TSE.

**Gráfico 13.** Perfil das candidaturas do PSOL

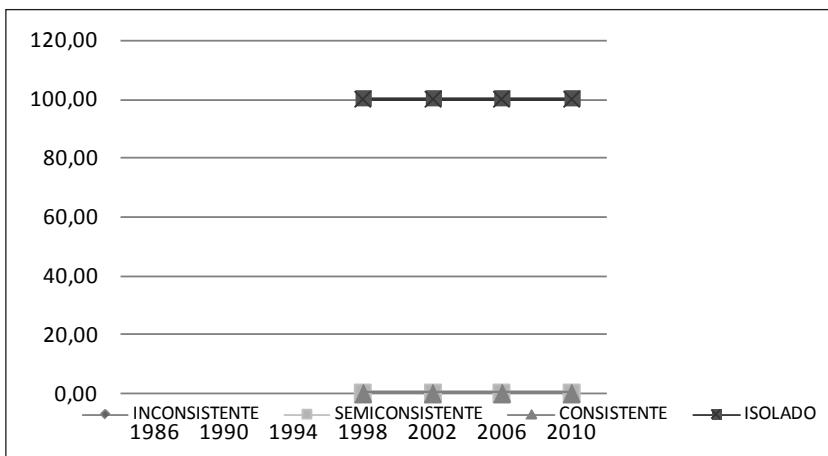


Fonte: Dados elaborados pelos autores a partir do TSE.

### I) PCO

Mais uma legenda de esquerda fundada especialmente por lideranças que romperam com o PT e que, desde a eleição de 1998, concorre com candidaturas próprias a governador nos estados. A estratégia do PCO é manter-se somente com candidaturas isoladas, sendo coligações inexistentes em sua trajetória para concorrer aos pleitos a governos estaduais.

**Gráfico 14.** Perfil das candidaturas do PCO

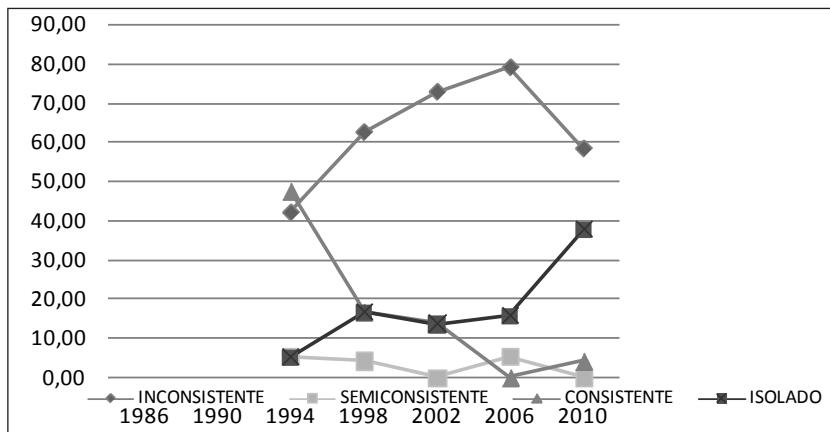


Fonte: Dados elaborados pelos autores a partir do TSE.

### J) PV

O partido ambientalista tem uma caminhada em que as associações não são prioridade, mas na última eleição, em que Marina da Silva foi candidata pelo partido à presidência, houve uma mudança significativa, dado que em muitos estados houve candidaturas avulsas. Este dado revela a busca de identidade e o interesse em “marcar posição” na campanha em que o partido tem uma candidata à presidência. Cabe destacar que apenas na primeira eleição em que participa a legenda, as coligações obedecem a uma lógica baseada prioritariamente em afinidades ideológicas. Posteriormente, as coligações inconsistentes são abundantes.

**Gráfico 15.** Perfil das candidaturas do PV

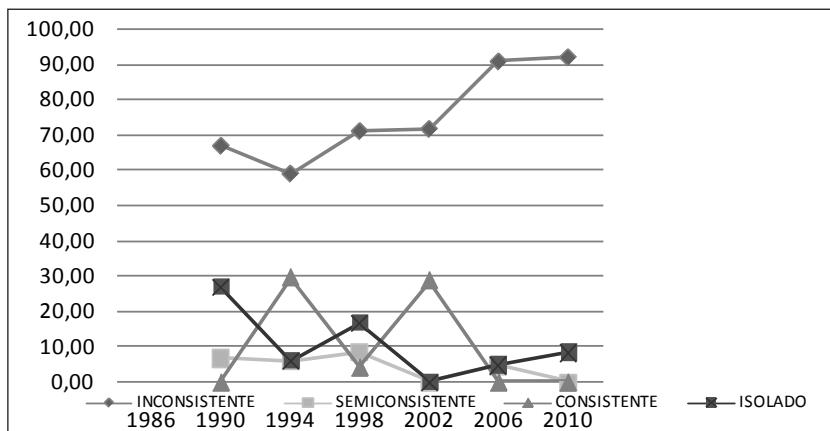


Fonte: Dados elaborados pelos autores a partir do TSE.

### K) PMN

Desde a primeira eleição que a pequena legenda participa, prioriza uniões inconsistentes e procura associar-se para enfrentar as eleições nos estados. Chama atenção que nas últimas duas eleições não houve oferta de alianças que fossem compostas por afinidade ideológica.

**Gráfico 16.** Perfil das candidaturas do PMN

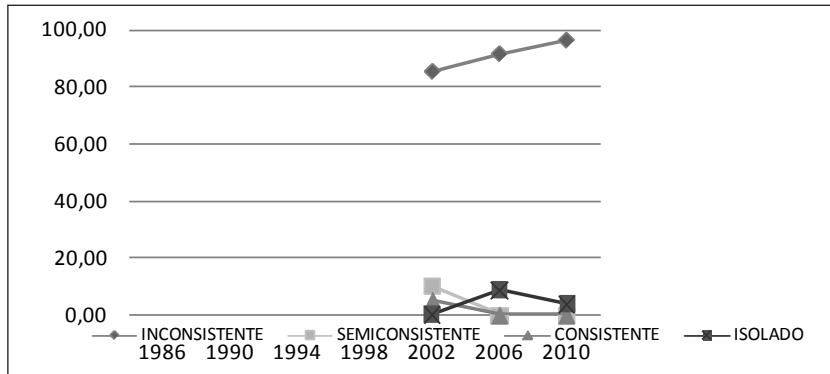


Fonte: Dados elaborados pelos autores a partir do TSE.

### L) PHS

A jovem legenda estreia privilegiando as alianças pragmáticas e que apresentam uma curva ascendente. Candidatura solo é pouco significativa, assim como as coligações consistentes.

**Gráfico 17.** Perfil das candidaturas do PHS

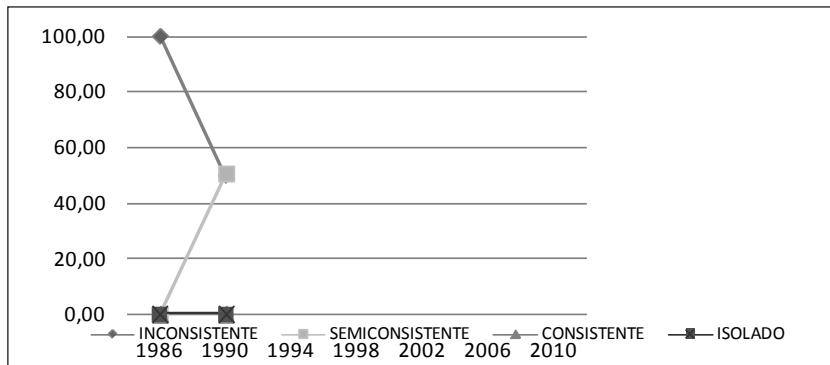


Fonte: Dados elaborados pelos autores a partir do TSE.

### M) PS

Em sua curta participação eleitoral, a pequena legenda não privilegiou casamentos que obedecessem afinidades ideológicas.

**Gráfico 18.** Perfil das candidaturas do PS

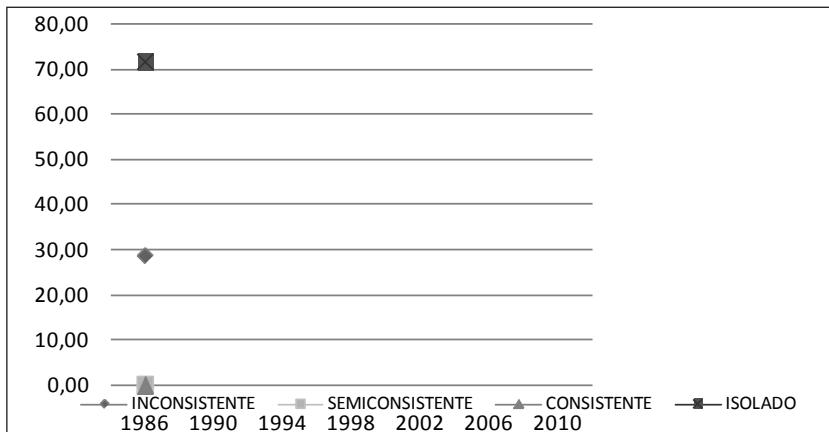


Fonte: Dados elaborados pelos autores a partir do TSE.

## N) PH

O PH somente concorreu em uma eleição e nesta ocasião procurou privilegiar candidaturas solo, indicando a estratégia de lançar candidatos próprios para promover e divulgar lideranças da legenda.

**Gráfico 19.** Perfil das candidaturas do PH



Fonte: Dados elaborados pelos autores a partir do TSE.

### *O que valeu a pena?*

Com a finalidade de avaliar a eficácia das estratégias das candidaturas dos partidos de esquerda, lançaremos mão da “taxa de sucesso”. A referida taxa se fundamenta em um cálculo simples. Soma-se todas as candidaturas apresentadas de um perfil determinado (isolada, consistente, semiconsistente ou inconsistente) e divide-se este número com as vitórias alcançadas pelo mesmo perfil em questão (isolado, consistente, semiconsistente ou inconsistente).<sup>16</sup>

É preciso ressaltar que os resultados provenientes destas taxas devem ser tratados com ressalvas nas análises sobre a motivação e decisão do voto do eleitor. O fato de alianças que não apresentem proximidades ideológicas serem mais eficazes não nos permite afirmar que o eleitor não considere a variável ideológica como um elemento de decisão de seu voto. A não “punição” de alianças “promíscuas” ideologicamente pode estar indicando que o eleitor não esteja dando importância ao perfil das coligações, e não que esteja excluído no seu cálculo o critério ideológico.

<sup>16</sup> Ex.: Ano X: total de candidaturas consistentes apresentadas = 50. Total de vitórias: 25. Taxa de sucesso = 50%

Portanto, as taxas de sucesso nos possibilitam avaliar os ganhos e perdas dos partidos com suas estratégias e se um determinado perfil traz mais vantagens eleitorais. Se, via de regra, as coligações amplas e pragmáticas trazem melhores resultados aos partidos, pois geralmente agregam mais atores, retiram algumas legendas do lado oposto e promovem maior tempo no horário de propaganda eleitoral, então é possível afirmar que o papel da ideologia é marginal do ponto de vista das lideranças políticas. Ou seja, em contextos altamente competitivos as alianças ecléticas podem ou não ser uma opção às organizações partidárias. Se elas têm trazido mais lucros que prejuízos e as lideranças partidárias têm optado pelo cálculo do ganho eleitoral, é possível, então, afirmar que a ideologia, para as organizações, não tem sido elemento central na decisão de formação de alianças.

Vejamos como os partidos de esquerda têm reagido frente aos resultados eleitorais que suas candidaturas apresentam e como isto tem evoluído ao longo da experiência acumulada.

#### A) PT

O maior partido de esquerda no país parece ter se convencido com o tempo de experiência eleitoral de que para ter bons resultados não é indicado competir sozinho ou privilegiar parcerias com afinidades ideológicas. A trajetória da legenda expressa muito bem a mudança para adquirir sucesso e acesso ao poder executivo estadual.

No primeiro ano eleitoral, após o fim do regime militar e a permissão de formação de alianças,<sup>17</sup> quando o PT priorizou lançar candidaturas solo, não teve nenhuma vitória. Procurando na próxima empreitada eleitoral (1990) angariar forças, aliando-se prioritariamente com partidos do bloco de esquerda, os frutos também foram inexistentes, pois, mais uma vez, não houve candidatura com sucesso.

A duras penas, a partir de 1994, a estratégia coligacionista inicia um processo de mudança, com um caminho inverso. A lição desta eleição, apresentando um leque maior de candidaturas pragmáticas, sinalizou ao PT que esta estratégia valeria a pena. Apesar de nesta eleição as alianças consistentes serem ainda a maior oferta, não são elas que alcançam a taxa de sucesso mais alta, ficando este resultado às inconsistentes.

Em 1998 o partido parece ter percebido que, entre perdas e ganhos, a estratégia de estabelecer alianças pragmáticas deveria ser mantida e esta continuou crescendo e trazendo os melhores frutos.

<sup>17</sup> Coligações eleitorais foram liberadas após 20 anos de proibição: Lei 7.434 de 1985.

Na eleição de 2002, há uma inversão na oferta, quando o partido definitivamente estabeleceu que alianças com partidos à direita seriam importantes para a vitória de Lula. Isto se refletiu diretamente nas campanhas estaduais, que por sua vez garantiram o fortalecimento da campanha presidencial nos estados. A Tabela 4, da taxa de sucesso eleitoral, revela que esta estratégia trouxe bons frutos, pois as uniões pragmáticas apresentaram as maiores taxas de sucesso.

Os dados indicam uma alteração no pleito de 2006. O alto percentual de ofertas no mercado eleitoral de coligações inconsistentes (80% das ofertas de candidaturas), não foi o mais produtivo. Mesmo que o PT em 2006 ainda não tenha feito uma aliança com o PMDB nas eleições à presidência, a aproximação com o partido de centro indicou que este caminho era frutífero. Nesta eleição aos executivos estaduais, em que a legenda também ofereceu prioritariamente alianças em que “novos companheiros” do espectro da direita participavam, a eficácia maior ficou com casamentos em que o PMDB estava incluído, sem as legendas de direita (semiconsistentes).

Em 2010 o PT mantém prioridade com coligações inconsistentes (88% das ofertas de candidaturas), mas as consistentes reagiram bem e tiveram ótimo resultado empatando com as inconsistentes. De fato, as coligações consistentes tiveram neste ano eleitoral o melhor resultado em todas as eleições analisadas. Fica a pergunta sobre o que este dado está indicando ao partido. Seria uma sinalização de que a estratégia coligacionista somente com companheiros do campo da “esquerda” teria viabilidade? Para responder esta pergunta será necessário observar próximas eleições para assim poder avaliar se este fenômeno é apenas conjuntural ou sinaliza algo novo.

#### B) PDT, PSB, PC do B, PCB, PPS

O PDT, como já avaliado, participa desde sua primeira eleição no regime civil priorizando um cálculo em que a proximidade ideológica não é o centro da motivação. A eficácia das inconsistentes sempre é maior, com exceção de 1994 quando a legenda foi proporcionalmente mais agraciada com as candidaturas consistentes.

O PSB estreia na nova democracia privilegiando alianças onde o critério de proximidade ideológica não é considerado o mais importante, mas este não é o perfil de candidatura que teve maior sucesso na eleição, dado que os melhores resultados ficaram com as semiconsistentes. Em 1990 propõem uma mudança de estratégia e tem sua maior oferta com candidaturas consistentes, mas não foram vitoriosas neste pleito. O partido persiste nesta estratégia em 1994, no entanto as melhores taxas ficam com as alianças com partidos

de centro (semiconsistente) seguido das inconsistentes. A partir da eleição de 1998, as coligações ficam com oferta maior no campo de aliados com a direita, mas os dados revelam que nem sempre estas adquirem a maior eficácia.

O PC do B inaugura sua participação na nova democracia com pragmatismo claro, não oferecendo no mercado eleitoral uma associação exclusivamente com companheiros da esquerda e privilegia uniões “mix”. A estratégia de união somente com o PMDB, foi mais vantajosa neste ano especialmente devido à conjuntura do plano cruzado. São elas que alcançam os melhores resultados e depois as inconsistentes em que o PMDB obviamente também está incluído. Nas duas próximas eleições (1994 e 1998), quando a legenda altera sua política de coligações nos estados, procurando se unir prioritariamente somente com companheiros da esquerda, os resultados não foram frutíferos. A legenda reage pragmaticamente e desde então, se convenceu de que privilegiando casamentos com a direita os ganhos são maiores.

O PCB nas duas últimas eleições analisadas teve uma participação insignificante e também não teve sucesso nesta empreitada. Em sua trajetória eleitoral apresentou uma instabilidade no perfil de suas coligações, mas foi mais produtivo, de forma geral, a legenda buscar alianças ecléticas.

A legenda PPS, que estreia em 1994 com ofertas predominantemente seguindo a lógica da associação com identidade ideológica tem, no entanto, um resultado mais eficaz com aquelas que não obedecem esta lógica. A organização altera claramente esta ordem a partir de 1998 obtendo, assim, melhores resultados.

#### C) PSTU, PSOL, PCO

Estas legendas, que procuraram em sua caminhada se distinguir dos outros partidos de esquerda, especialmente do PT, e, sem exceção, priorizaram candidaturas isoladas ou consistentes, parecem permanecer firmes na estratégia, apesar dos resultados eleitorais pífios.

#### D) PV, PMN, PHS, PS, PH

A legenda ambientalista quando se apresenta pela primeira vez no cenário eleitoral (1994) e privilegia alianças que somente tem companheiros de esquerda não conseguiu seus melhores resultados com este perfil e então altera sua estratégia. A partir de 1998, até a última eleição analisada, permanece ofertando ao mercado eleitoral majoritariamente coligações inconsistentes e os impactos eleitorais são positivamente visíveis com esta composição.

Tabela 4. Taxa de sucesso dos partidos de esquerda

Partido	1986					1990					1994					1998				
	IN	SC	C	IS	IN	SC	C	IS	IN	SC	C	IS	IN	SC	C	IS	IN	SC	C	IS
PT	0	-	0	0	0	0	0	0	33,33	0	26,67	0	33,33	-	-	16,67	0	-	-	-
PC do B	90,91	100	-	-	40	16,67	7,14	-	42,86	33,33	36,36	-	37,5	-	-	18,18	-	-	-	-
PSB	33,33	100	0	0	0	0	0	-	44,44	50	36,36	0	41,18	100	0	28,57	0	-	-	-
PDT	10	-	0	36,36	20	20	0	33,33	33,33	66,67	16,67	36,84	-	-	16,67	-	-	-	-	-
PCB	90,91	100	-	0	33,33	0	8,33	-	100	-	0	-	0	-	-	-	-	-	-	-
PMN	-	-	-	-	30	0	-	0	30	100	20	0	35,29	50	0	0	0	0	0	0
PV	-	-	-	-	-	-	-	-	50	0	22,22	0	53,33	100	0	0	0	0	0	0
PPS	-	-	-	-	-	-	-	-	44,44	33,33	20	-	52,38	-	0	0	0	0	0	0
PSTU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9,09	0	-	-	-	-	-	-	0	-
PHS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PCO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-
PSOL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PS	0	-	-	-	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PH	100	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

(continua)

Tabela 4 (cont.)

Partido	...	2002				2006				2010			
		IN	SC	C	IS	IN	SC	C	IS	IN	SC	C	IS
PT	...	22,22	-	0	-	30	100	0	-	50	0	50	-
PC do B	...	22,22	-	0	-	30	100	0	-	54,17	0	0	-
PSB	...	25	-	0	0	50	100	0	0	65,22	-	25	-
PDT	...	20	-	0	0	27,27	-	-	0	44	-	0	-
PCB	...	10	-	0	-	0	-	0	0	-	-	-	0
PMN	...	20	-	0	-	47,37	100	-	0	50	-	-	0
PV	...	56,25	-	0	0	33,33	100	-	0	35,71	-	0	0
PPS	...	23,53	-	0	-	56,52	50	-	-	44	-	0	-
PSTU	...	-	-	0	-	-	-	0	0	-	-	0	0
PHS	...	35,29	100	0	-	28,57	-	-	0	52	-	-	0
PCO	...	-	-	0	-	-	-	0	-	-	-	-	0
PSOL	...	-	-	-	-	-	-	0	0	-	0	0	-
PS	...	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PH	...	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Dados elaborados pelos autores a partir do TSE.

O pequeno PMN não tem “pudor ideológico” desde o início de sua carreira e nas raras vezes que em que ofereceu alianças consistentes não obteve resultado positivo.

Não muito diferente é a atuação da jovem legenda PHS que praticamente não ofereceu no mercado uniões com proximidade ideológica e consegue colher frutos quando se aproxima com partidos do campo da direita e/ou com partidos de centro. A curta vida e incipiente participação do PS e PH no início da nova democracia apenas reforçam as tendências observadas.

### **À guisa de conclusões: hipóteses confirmadas?**

É preciso destacar que este artigo, evidentemente, não teve a pretensão de avaliar os fatores que explicam o perfil e o sucesso das candidaturas das legendas de esquerda, pois neste caso seria necessário explorar outros indicadores, bem como desenvolver hipóteses com variáveis de controle.

Neste sentido, procuramos apenas apresentar um diagnóstico que instigue futuras investigações. Sendo assim, retornando às hipóteses que nortearam a nossa proposta, chegamos aos seguintes resultados:

**H1:** A hipótese foi confirmada com a investigação. Os partidos de esquerda não somente têm aumentado sua presença no universo das candidaturas que concorrem às eleições, mas também no número de legendas.

Com o ICEPE foi também possível averiguar que os partidos de esquerda, de forma geral, têm aumentado sua capacidade de expansão. Isto indica um processo de nacionalização das principais legendas de esquerda.

**H2:** As legendas optaram crescentemente por estratégias de coligação ao invés de candidaturas isoladas, mas em 2010 há um pequeno decréscimo advindo especialmente das pequenas organizações fundadas por lideranças originárias do PT (PSTU, PSOL, PCO).

**H3:** Os partidos de esquerda tiveram maior sucesso eleitoral quando apresentaram candidaturas coligadas e com exceção de uma candidatura analisada, houve vitória eleitoral com perfil solo.

**H4:** As coligações eleitorais predominantemente não seguem um perfil de consistência ideológica, com exceção de apenas duas eleições, 1990 e 1994.

**H5:** As alianças eleitorais dos partidos de esquerda têm, a cada ano analisado, aumentado o perfil de inconsistência ideológica. Esta hipótese não pode ser totalmente confirmada, pois os dados demonstram que esta tendência se apresenta a partir das eleições de 1994.

**H6:** O presente estudo demonstrou que as taxas de candidaturas inconsistentes apresentam melhor performance eleitoral.

## Referências

- CAMPELLO, Daniela. *What is left of the Brazilian left?* In: Paper presented at the annual meeting of the Midwest Political Science Association. Chicago, Apr., 2007.
- CARREIRÃO, Yan de Souza. *A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras*. Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina e Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.
- CARREIRÃO, Yan de Souza; NASCIMENTO, Fernanda Paula. As coligações nas eleições para o Senado brasileiro (1990/2006). In: KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe (Orgs.). *Coligações partidárias na nova democracia brasileira*. São Paulo, Rio de Janeiro: Unesp e Fundação Konrad Adenauer, 2010. p. 99-133.
- DANTAS, Humberto. *Coligações em eleições majoritárias municipais*: a lógica do alinhamento dos partidos políticos brasileiros nas disputas de 2000 e 2004. Tese de Doutorado. SP: USP, 2007.
- DANTAS, Humberto; PRAÇA, Sérgio. Pequenos partidos no Brasil: uma análise do posicionamento ideológico com base nas coligações municipais de 2000 a 2008. In: KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe (Orgs.). *Coligações partidárias na nova democracia brasileira*. São Paulo, Rio de Janeiro: Unesp e Fundação Konrad Adenauer, 2010. p. 99-133.
- FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- FIGUEIREDO, Marcus. A lei de Ferro da competição eleitoral: a aritmética eleitoral. *Cadernos de Conjuntura*, Iuperj, Rio de Janeiro, n.50, p. 3-14, jul.1994.
- KINZO, Maria D'Álva. O quadro partidário e a constituinte. In: LAMOUNIER, Bolívar (Org.). *De Geisel a Collor*: o balanço da transição. São Paulo: Idesp e Editora Sumaré, 1990. p. 105-134.
- KRAUSE, Silvana. Direita e Esquerda: faz diferença? Comparando estratégias das coligações nas eleições das capitais brasileiras. In: LEMENHE, Maria Auxiliadora; ACCIOLY CARVALHO, Rejane Vasconcelo (Orgs.). *Política, cultura e processos eleitorais*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer e Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFC, 2006. p. 27-48.
- \_\_\_\_\_. Coligações: o estado e os desafios da arte. In: KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe (Orgs.). *Coligações partidárias na nova democracia brasileira*. São Paulo, Rio de Janeiro: Unesp e Fundação Konrad Adenauer, 2010. p. 345-371.
- MACHADO, Aline M. *Determinants and effects of electoral party coalitions: the case of Brazil*. Dissertation. Miami, Florida: Florida International University, 2011.
- \_\_\_\_\_. A lógica das coligações no Brasil. In: KRAUSE, Silvana; SCHMITT, Rogério (Orgs.). *Partidos e coligações eleitorais na Brasil*. São Paulo, Rio de Janeiro: Editora Fundação Konrad Adenauer e Unesp. 2005. p.43-83.
- MACHADO, Carlos. *Identidades diluídas: consistência partidária das coligações para prefeito no Brasil 2000 e 2004*. Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB, 2007.

MACHADO Carlos M. M.; MIGUEL, Luis Felipe. *Coerência, coesão e consistência: uma proposta de tipologia para coligações municipais*. 6º Encontro da ABCP. Campinas: Unicamp, 2008.

MIGUEL, Luis Felipe. Os partidos brasileiros e o eixo “esquerda-direita”. In: KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe (Orgs.). *Coligações partidárias na nova democracia brasileira*. São Paulo, Rio de Janeiro: Unesp e Fundação Konrad Adenauer, 2010. p. 31-38.

MIGUEL, Luis Felipe; MACHADO, Carlos. Um equilíbrio delicado: a dinâmica das coligações do PT em eleições municipais. *Dados*, v. 50, n. 4, p. 757-793, 2007.

\_\_\_\_\_. De partido de esquerda a partido de governo. In: KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe (Orgs.). *Coligações partidárias na nova democracia brasileira*. São Paulo, Rio de Janeiro: Unesp e Fundação Konrad Adenauer, 2010. p. 345-371.

NICOLAU, Jairo Marconi. Breves comentários sobre as eleições de 1994 e o quadro partidário. *Cadernos de Conjuntura*, Rio de Janeiro: Iuperj, n. 50, p. 15-19, julho de 1994.

NOVAES, Carlos A. M.. Dinâmica institucional da representação – individualismo e partidos na Câmara dos Deputados. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 38, p. 99-147, mar. 1994.

OLIVEIRA, Isabel Ribeiro de. Notas sobre o comportamento das coligações eleitorais no Brasil (1950-1962). *Dados*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 166-183, 1973.

PAIVA FERREIRA, Denise; CARREIRÃO, Yan de Souza; ZORZAL e SILVA, Marta. *Coligações majoritárias (Governador e Prefeito) no Espírito Santo, Goiás e Santa Catarina (1986-1996)*. III Seminário Nacional de Comportamento Político. Florianópolis: UFSC, 1997.

RIBEIRO, Pedro Floriano. Velhos e novos companheiros: coligações eleitorais nos municípios do “G79” (1996-2008). In: KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe (Orgs.). *Coligações partidárias na nova democracia brasileira*. São Paulo, Rio de Janeiro: Unesp e Fundação Konrad Adenauer, 2010. p. 301-323.

SALLUM Jr, Basílio; CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão e. O impeachment do presidente Collor: a literatura e o processo. *Lua Nova* [online]. São Paulo, n. 82, p. 163-200, 2011.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Crise e castigo*. Partidos e generais na política brasileira. São Paulo: Coedição Vértice e Iuperj, 1987.

SCHMITT, Rogério. *Coligações eleitorais e sistema partidário no Brasil*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Iuperj, 1999.

\_\_\_\_\_. Os estudos sobre alianças e coligações eleitorais na Ciência Política brasileira. In: KRAUSE, Silvana; SCHMITT, Rogério (Orgs.). *Partidos e coligações eleitorais na Brasil*. São Paulo, Rio de Janeiro: Editora Unesp e Fundação Konrad Adenauer, 2005. p. 11- 24.

SINGER, André Vitor. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*. São Paulo: Editora Edusp, 2000.

- SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2001.
- SOUZA, Vivaldo. *As coligações partidárias: período 1986-94 versus 1954-62*. Coleção Parlamento em teses. Brasília: Plenarium Editora da Câmara dos Deputados, 2006.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1945)*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1976.
- TAROUCO, Gabriela. *Esquerda e direita no sistema partidário brasileiro*. Artigo apresentado no Seminário Nacional de Ciência Política da Ufrgs. Porto Alegre, 2008.
- WEBER, Max. Wirtschaft und gesellschaft: grundrieb der verstehenden soziologie. 5. rev. Aufl. Tübingen: Mohor, 1976.
- ZUCCO Jr., César; POWER, Thimothy J. Estimating ideology of brazilian legislative parties, 1990-2005. A research communication. *Latin American Research Review*, v. 4, n. 1, p. 218-246, 2009.

Data de recebimento: 27/07/2011

Data de aprovação: 20/11/2011